

A Universidade no século XXI

João Carlos Relvão Caetano^{1 2}

Resumo: Texto da conferência de abertura do XVII Seminário Internacional: Filosofia e Educação - Religião e Linguagem, promovido pelo Cemoroc-Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e Instituto Jurídico Interdisciplinar-Universidade do Porto. São Paulo, 3 de maio de 2016.

Palavras Chave: Universidade. futuro da universidade. cooperação global. educação a distância.

Abstract: Opening Lecture of the XVII Seminário Internacional: Filosofia e Educação - Religião e Linguagem – Cemoroc-Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo and Instituto Jurídico Interdisciplinar-Universidade do Porto. São Paulo, May 3, 2016.

Keywords: university. the future of university. global cooperation. distance education.

Nos últimos anos, assistimos a profundas mudanças no modo de organização e funcionamento das melhores universidades do mundo. No futuro próximo, as mudanças vão ser ainda mais profundas e inéditas. É realista prever que nos próximos 20 anos as universidades vão mudar mais do que mudaram nos últimos dois séculos. O pensamento e posicionamento estratégico das universidades, a sua capacidade de antecipação do que vai acontecer e ainda a sua capacidade de fazer diferentemente, não só do que fizeram no passado, mas também do que fazem presentemente as outras universidades, nacionais e estrangeiras, são fatores decisivos para a sua afirmação em contextos globais cada vez mais competitivos mas que, paradoxalmente, exigem cooperação, não só das universidades entre si mas também destas com outras instituições, nacionais e de outros países. As relações no campo da ciência e ensino superior são definitivamente globais, centradas nos resultados da ação desenvolvida para a sociedade, e sobre isso não há volta a dar.

Em 2012, as Universidades de Harvard, Princeton e o Massachusetts Institute of Technology (MIT), entre outras universidades americanas de topo, decidiram, por imperativo estratégico, estabelecer consórcios para desenvolverem em conjunto programas internacionais de oferta de educação a distância. Na edição de 12 de maio desse ano, o *New York Times* deu grande relevo à entrada das universidades de Harvard e do MIT na área da educação a distância com uma “vasta oferta de aprendizagem *online*” destinada a pessoas de todo o mundo. Tais iniciativas tiveram

¹. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Aberta (2007). Professor e pró-reitor para o Desenvolvimento Institucional e os Assuntos Jurídicos da Universidade Aberta. Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Editoras de Ensino Superior (APEES).

² Para efeitos de publicação do texto da conferência, foram incluídas notas de rodapé e referências bibliográficas, mas o texto corresponde ao que foi lido, no seu registo específico.

tanto de surpreendente quanto de deliberado, como se comprova pelos elevados investimentos envolvidos e pelo facto de abrangerem os vários domínios de atuação das referidas universidades, sistematicamente posicionadas nos melhores lugares dos rankings internacionais.

Há dez anos ninguém diria que as melhores universidades do mundo viriam a apostar, de forma massiva e sistemática, na oferta de cursos de educação a distância, mas é que está acontecendo. É verdade que, na base da criação das universidades públicas de educação a distância na Europa, a partir dos anos 60 do século passado, estiveram quase sempre visionários. A prestigiada Open University britânica foi fundada por Michael Young, um académico com uma profícua ação política e cívica, que também criou a Young Foundation e outras instituições de referência, no Reino Unido. Em 16 de janeiro de 2002, Michael White, editor político do Guardian, por ocasião da morte de Young, num artigo intitulado “Um pensador inovador”,³ disse que ele fora um dos mais inovadores e progressistas pensadores políticos e sociais do seu tempo. E citou o então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, que dissera que poucas pessoas haviam dado um tão grande contributo para a sociedade britânica em áreas tão diferentes como Michael Young: na proclamação e definição dos direitos dos consumidores, alargando o acesso das pessoas à educação através da criação da Open University, e no campo da inovação social, juntando um pensamento radicalmente novo a uma extraordinária capacidade de ação. E acrescentou: “Ele [Michael Young] foi uma rara combinação: não foi apenas um grande pensador, mas também um grande fazedor” (tradução nossa)⁴.

Em Portugal, a Universidade Aberta foi imaginada, criada e construída, segundo um ideário humanista mas ao mesmo tempo de forma muito realista e pragmática, por homens de ciência e de cultura como o ministro da Educação Roberto Carneiro e o físico e primeiro reitor da Universidade, Armando Rocha-Trindade. Em breve a Universidade Aberta vai atribuir o grau de doutor honoris causa a Guilherme d’Oliveira Martins⁵, que foi ministro de várias pastas, designadamente ministro da Educação, presidente do Tribunal de Contas e que é um dos mais prestigiados homens de cultura em Portugal (atualmente é presidente do Centro Nacional de Cultura e administrador da Fundação Calouste Gulbenkian). Guilherme d’Oliveira Martins é ainda um dos maiores defensores do projeto científico e cultural corporizado pela Universidade Aberta.

Apesar de todo este lastro histórico, o grande interesse das melhores universidades do mundo pela educação a distância só surgiu nos últimos anos, a partir do momento em que se tornou possível utilizar as mais avançadas tecnologias de comunicação e informação para efeitos de educação.

Um dos mais recentes exemplos de universidades de prestígio que apostam no ensino *on-line* é a Universidade de Utrecht, na Holanda. Ainda há poucos anos havia fortes resistências por parte dos seus responsáveis em relação à educação a distância e hoje é uma universidade que procura estar na linha da frente neste campo, pelas vantagens educativas e de eficiência que o modelo comporta.

³ WHITE, M. Innovative thinker. *The Guardian*, 16 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/uk/2002/jan/16/highereducation.obituaries>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

⁴ *Id. et ibid.*

⁵ A cerimónia de atribuição do grau de doutor *honoris causa* foi marcada para 21 de setembro de 2016, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Também em Portugal as coisas estão a mudar neste campo. Dou um exemplo que conheço bem, porque nele intervim diretamente como negociador de uma das partes e redator dos instrumentos constitutivos. Refiro-me ao consórcio celebrado em 2015 pela Universidade de Coimbra e pela Universidade Aberta tendo como objetivo a oferta conjunta, por ambas as instituições, de cursos de educação a distância em português para todo o mundo. Este caso diz-me muito, porque me formei na Universidade de Coimbra e porque, presentemente, sou professor e pró-reitor da Universidade Aberta, com o pelouro do Desenvolvimento Institucional e dos Assuntos Jurídicos.

De que universidades falamos? Como podemos interpretar este acordo entre as duas universidades? Que consequências se esperam do acordo? Que diz isto sobre a universidade do séc. XXI?

A Universidade Aberta é a universidade pública portuguesa de educação a distância e em rede. É a mais jovem das universidades públicas portuguesas, tendo sido fundada em 1988, com uma missão específica. Distingue-se das outras universidades públicas portuguesas pelas tecnologias e metodologias de ensino a distância que utiliza, flexíveis e interativas, voltadas para a autonomia dos estudantes, tendo como público-alvo pessoas que se encontram em qualquer parte do mundo, não só estudantes, mas também docentes e pesquisadores, atraídos pela possibilidade de utilização de novas e avançadas tecnologias e metodologias de ensino de reconhecida qualidade.

A Universidade de Coimbra comemorou no ano passado 725 anos. É a universidade mais antiga de Portugal e uma das universidades mais antigas da Europa e do mundo. É ainda uma das mais prestigiadas universidades de língua portuguesa e é, seguramente, a mais conhecida universidade portuguesa no mundo. Por missão e vocação, a Universidade de Coimbra é e pretende ser cada vez mais uma universidade global, como vem sendo reiteradamente afirmado pelos seus órgãos de governo, visando a atração de estudantes e pesquisadores internacionais de elevado potencial e valor e a obtenção de mais receitas, num período em que o financiamento público das universidades se restringe em Portugal e na Europa, por causa da crise económica e financeira.

Por sua história e perfis institucionais, a Universidade Aberta e a Universidade de Coimbra estão vocacionadas para enfrentar as exigências do mundo complexo em que vivemos, procurando adotar estratégias adequadas, apoiadas num pensamento inovador.

Lembro-me de que eu mesmo, convicto defensor das virtualidades das metodologias de educação a distância tal como são aplicadas nas universidades europeias, fiquei surpreendido quando um vice-reitor da Universidade de Coimbra me disse, há cerca de dois anos, numa viagem de carro que fizemos de Lisboa para Coimbra, que a Universidade Aberta seria o parceiro ideal da Universidade de Coimbra. Na altura as três universidades públicas do norte de Portugal tinham celebrado um consórcio e as duas maiores universidades públicas de Lisboa tinham-se fundido dando origem à maior universidade portuguesa. Pela sua história, a Universidade de Coimbra fora sempre uma universidade global e não podia aceitar as pretensões do Governo português visando a sua transformação numa universidade regional. O golpe de mestre foi a aposta inesperada no estabelecimento de um consórcio com a Universidade Aberta, como forma de responder às exigências do complexo contexto envolvente.

Este consórcio é uma expressão da universidade do século XXI de que falo, ou seja, uma universidade em mudança e que, paulatinamente, assume novas características que a diferenciam do passado.

As equipas reitorais da Universidade de Coimbra e da Universidade Aberta chegaram ao consórcio conscientes da oportunidade de operar mudanças na rede e no sistema de ensino superior em Portugal que fossem racionais e decorressem de estratégias claras, coerentes e efetivas, cabendo às universidades, de acordo com os princípios constitucionais da autonomia e diversidade de organização universitária, tomar a iniciativa, por serem quem melhor conhece a realidade, e não o Estado. Por aqueles dias, falava-se em Portugal da aprovação de um decreto-lei que daria ao Governo então em funções o poder de determinar fusões entre instituições públicas do ensino superior ou mesmo de extingui-las.

Após uma análise atenta das circunstâncias do tempo, não só das ameaças que impendiam sobre as duas universidades, no caso de ficarem inativas, mas também das possibilidades de expansão das suas atividades, no caso de decidirem cooperar de modo inteligente e inovador, entenderam os dois reitores submeter aos conselhos gerais das suas universidades, como órgãos de governo competentes na matéria, um projeto visando a criação de um consórcio entre as duas instituições. Os conselhos gerais, reunidos em Coimbra e em Lisboa, no mesmo dia e hora, decidiram, por unanimidade, após intenso debate, aprovar a realização do consórcio.

Para que o consórcio se pudesse celebrar, foi necessário o acordo do poder político, o que exigiu delicadas negociações que ainda não acabaram. Não é fácil mudar mentalidades e houve e há muitas resistências à mudança por parte de membros da rede de universidades públicas portuguesas. Num tempo em que tanto se fala, infelizmente por más razões, do predomínio do poder económico sobre o poder político, a vontade deste pode ser decisiva nos processos de transformação social, quando efetivamente quer intervir e sabe como fazer.

O consórcio apoia-se numa fórmula de uma universidade contemporânea e de ponta, que será obtida pelas sinergias que resultam da ligação entre dois modelos típicos. De alguma forma, o ensino presencial pode ser identificado com o passado e o ensino a distância com o futuro, mas a verdade é que é no presente, espaço que está entre o passado e o futuro, que vivemos sempre. E é no presente que surgem as soluções práticas, efetivas, contingentes e reais. Foi esse presente que se buscou ligando duas universidades tão típicas, como a Universidade de Coimbra e a Universidade Aberta, para criar em Portugal um ensino moderno, inovador e, ao mesmo tempo, enraizado na tradição. Na verdade, não se trata apenas de criar um ensino de referência internacional apoiado em novas regras, mas também de criar redes de pesquisa e de transferência de conhecimento inovadoras e com visibilidade global.

A Comissão Europeia reconhece a importância desse tipo de processos disponibilizando fundos não apenas para projetos visando a procura das condições de desenvolvimento da educação superior para a sociedade digital, mas também para projetos de inovação e desenvolvimento institucional que respondam às necessidades da sociedade contemporânea. De acordo com a atual política europeia de ciência, os

fundos estruturais e de desenvolvimento europeus podem ser mobilizados para esse efeito, dependendo a aprovação dos projetos submetidos da qualidade que tenham.⁶

Em 2011, num cenário já então de forte concorrência internacional, a Comissão Europeia, referindo-se à ciência e ensino superior na Europa, foi muito clara ao dizer, num documento de política, que “A pesquisa e a inovação ajudam a criar emprego, prosperidade, qualidade de vida e bens públicos globais. Elas produzem os avanços científicos e tecnológicos necessários para responder aos desafios urgentes que a sociedade enfrenta. O investimento nesta área leva a novas oportunidades de negócio através da criação de produtos e serviços inovadores. Embora a União Europeia seja líder mundial em muitas tecnologias, enfrenta a concorrência crescente tanto das economias tradicionais como das emergentes e deve, por isso, melhorar o seu desempenho em inovação” (tradução nossa)⁷.

A aposta em processos tecnológicos inovadores e de elevado valor acrescentado aponta para a criação de novos cenários de desenvolvimento da ciência e ensino superior na Europa mais inclusivos e justos. O programa da União Europeia Horizonte 2020, destinado ao financiamento de projetos inovadores na área da ciência e do ensino superior, aponta expressamente para uma rutura com o passado caracterizado por formas de financiamento arcaicas e irrepitíveis através de um salto qualitativo que exige preparação e rasgo por parte das instituições de ensino superior.

Podemos estranhar a linguagem utilizada, ou, até, não gostar dela, mas ela corresponde a uma análise correta da realidade e a uma visão transversal aos diferentes espectros partidários. O caso mais evidente é a política de ciência aberta de que falarei adiante e que hoje é levada a cabo, de forma muito consistente, por um Governo de esquerda em Portugal.

As sociedades contemporâneas estão em mudança permanente e na gestão dos processos de mudança não podemos ignorar a ação das pessoas. Vivemos num mundo pós-industrial em que o papel das organizações se baseia em novos processos produtivos que implicam uma especialização funcional e uma adaptação do trabalho ao perfil e vontade de cada pessoa requerendo altos níveis de responsabilidade por parte dos envolvidos.

Nos países mais desenvolvidos, são as pessoas que escolhem a sua própria formação, por razões que só elas conhecem, e, quanto mais inseridas estão no mundo, mais capazes são de fazer escolhas racionais. Universidades de dimensão regional podem ter razão de ser, mas serão sempre instituições limitadas nos seus objetivos. A competição/cooperação relevante das universidades faz-se hoje no plano internacional ou global, que é muito mais exigente, porque supõe uma adaptação das universidades às necessidades de formação das pessoas na sociedade digital e do conhecimento. Quando a Comissão Europeia afirma que a “pesquisa e a inovação ajudam a criar emprego, prosperidade, qualidade de vida e bens públicos globais”,⁸ está sugerindo que os processos de inovação na área da ciência e ensino superior devem visar a

⁶ Carlos Moedas, o atual comissário europeu para a Investigação, Inovação e Ciência, é português, e é um grande defensor desta perspetiva. Para mais desenvolvimentos, *vide* MOEDAS, C. Open Innovation, Open Science, Open to the World. *European Commission – Press Release Database*, 22 jun. 2015. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-15-5243_en.htm>. Acesso em: 11 abr. 2016.

⁷ EUROPEAN COMMISSION. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Horizon 2020 - The Framework Programme for Research and Innovation*, Brussels, 30.nov.2011. COM(2011) 808 final. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/horizon2020/pdf/proposals/communication_from_the_commission_-_horizon_2020_-_the_framework_programme_for_research_and_innovation.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

⁸ *Id. et ibid.*

atração de pessoas – professores, pesquisadores, estudantes e outros profissionais – e a captação de fundos, designadamente de fundos públicos, não segundo regras e processos tradicionais rígidos e de base essencialmente nacional, mas colaborando em projetos internacionais e fazendo uma oferta formativa de qualidade, centrada no estudante, que possa vir a ser escolhida pelos seus méritos intrínsecos.

A crise demográfica que afeta Portugal vai intensificar-se nos próximos anos implicando uma diminuição drástica da entrada de estudantes portugueses nas universidades. Quanto mais não seja por causa da crise, as universidades devem pensar e agir diferentemente, por forma a captar novos públicos. Por um lado, vão apostar na formação ao longo da vida dos cidadãos nacionais e residentes, e, por outro lado, vão procurar atrair públicos internacionais, sobretudo de língua portuguesa.

Uma prova de que a realidade evolui é que, a certa altura, a linguagem se torna obsoleta e também tem de mudar. Hoje fala-se muito de internacionalização das instituições de ensino superior, mas, na verdade, já estamos para além dessa realidade. Sem nos determos na questão de saber se o mundo é plano ou não,⁹ porque evidentemente continuam a existir fronteiras, como bem se viu ainda recentemente com a anexação violenta da Crimeia pela Rússia, não há dúvidas de que as fronteiras hoje perturbam mais do que ajudam. Em muitos casos, as fronteiras matam, como nos damos conta diariamente na terrível crise dos refugiados na Europa, na qual a União Europeia se tem revelado muito incompetente. Com todas as suspeitas que possam existir sobre a lógica de atuação das melhores universidades do mundo de língua inglesa, verificamos que o conceito de internacionalização vem sendo substituído pelo conceito de “global engagement”, ou seja, de compromisso global. Outro conceito emergente é o conceito de desenvolvimento institucional (“institutional development”, na terminologia de língua inglesa), com reflexos na redesignação do meu pelouro na Universidade Aberta, em 2016. Agora sou pró-reitor para o Desenvolvimento Institucional e os Assuntos Jurídicos, como que se recuperando a boa prática de atribuir aos juristas a missão de legitimação do trabalho feito nas e pelas instituições.

Sou um humanista e tenho uma visão humanista – não tecnocrática – da missão das universidades do séc. XXI na formação das pessoas e no progresso das sociedades. Isso não me impede de fazer uma leitura objetiva da realidade, como forma de poder influenciá-la. Como ensina o Papa Francisco na Exortação Apostólica “A alegria do Evangelho”, a realidade é superior à ideia, no sentido de que é do discernimento e envolvimento comprometido e alegre das pessoas em sociedade, e não de ideias abstratas, que se promove o bem comum.¹⁰

Se há uma política europeia hoje com fortes implicações sobre o modo de funcionamento das universidades é a política de ciência aberta que, ao exigir que toda a produção científica direta ou indiretamente financiada com dinheiros públicos se torne de acesso livre para o utilizador final (leia-se: de acesso tendencialmente imediato e gratuito para todos), põe em causa a atividade das editoras comerciais, em particular das grandes editoras internacionais de língua inglesa, e, se bem que de maneira diferente, das editoras académicas ligadas, por diferentes tipos de vínculos, às universidades e centros de pesquisa. Falando destas últimas, verificamos que,

⁹ Refiro-me ao *best-seller* de Thomas Friedman, *O mundo é plano*, em que o jornalista do New York Times advoga o desaparecimento das fronteiras nas sociedades contemporâneas, por força da revolução tecnológica. Ver FRIEDMAN, T. L. *The World is Flat. A Brief History of the Twenty-First Century*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.

¹⁰ FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium (A Alegria do Evangelho)*. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2013, p. 175.

tradicionalmente, produziam livros em papel, mas agora não podem fazer só isso. Não me refiro apenas à necessidade de produzirem livros em outros formatos como, por exemplo, livros eletrônicos, mas também à necessidade de integrarem a edição acadêmica com a preservação digital de documentos em plataformas, como forma de darem visibilidade ao trabalho produzido pelos seus pesquisadores e de garantirem o acesso da sociedade ao conhecimento científico produzido. É um processo que se está intensificando e que, mais do que certezas, deixa em aberto muitos pontos sobre os quais as editoras acadêmicas necessitam de ter uma posição clara e bem informada para futuro.¹¹

Num período em que o inglês é a língua franca da ciência e em que os pesquisadores sentem a necessidade de publicarem em inglês, é importante perceber se as editoras acadêmicas devem servir para defender as línguas nacionais e como devem fazê-lo.

Nas últimas décadas, a política da União Europeia funcionou como um fator de racionalização da política dos Estados nacionais. Assim parece acontecer agora no domínio das políticas de ciência aberta. São muitos os interesses em jogo no campo da edição acadêmica, mas os valores são importantes. Refiro-me aos valores consagrados nos tratados europeus que vinculam a União Europeia e os Estados membros. Nos últimos anos, os tribunais da União Europeia decidiram, em alguns casos-chave, contra a lógica jurídica tradicional, que determinadas decisões e comportamentos que, em princípio, seriam contrários ao direito europeu – por exemplo, por violarem o direito da concorrência – eram afinal admissíveis para proteção de valores essenciais como o emprego, a inovação ou os direitos dos consumidores. Por exemplo, é admissível que duas ou três marcas de automóveis façam um acordo para o desenvolvimento em conjunto de um motor menos poluente, ainda que à custa de uma redução da concorrência no setor automóvel, desde que isso traga benefícios para a sociedade como um todo.

O objetivo político da União Europeia de criação de um espaço europeu de pesquisa científica obriga a tomar medidas que vão contra soluções jurídicas clássicas, como no caso dos direitos de autor, que passam a ser relativizados em função de outros interesses, igualmente considerados relevantes.

Normalmente as editoras comerciais são vistas como opositoras das políticas de ciência aberta, mas julgo que este é um tempo propício para as editoras acadêmicas, que, após muitos anos de perdas significativas para as editoras comerciais, por não dominarem os circuitos da distribuição livreira, podem, agora, dar uma resposta positiva aos novos desafios globais postos pela utilização massiva das redes digitais e aprofundar as suas relações estratégicas, designadamente no âmbito das associações representativas.

Acabo de ser eleito presidente da Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior (APEES) e o primeiro resultado do meu mandato será a assinatura de um acordo de cooperação com a Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), dado o nosso entendimento de que é preciso promover a língua portuguesa como língua de ciência e cultura à escala global, em diálogo com as demais línguas e

¹¹ Sobre a posição da União Europeia em matéria de ciência aberta, ver o documento preparatório da conferência da presidência holandesa da União Europeia de abril de 2016, que decorreu em Amsterdão. THE NETHERLANDS EU PRESIDENCY 2016. *Amsterdam Call for Action on Open Science*. 7.abr.2016. Disponível em: <<https://english.eu2016.nl/documents/reports/2016/04/04/amsterdam-call-for-action-on-open-science>>. Acesso em: 12.abr. 2016.

povos. As editoras académicas portuguesas, mesmo as das maiores universidades, são pequenas e, por isso, devem cooperar entre si para defesa dos seus interesses. E todas juntas não devem reacear cooperar com instituições parceiras de maior dimensão, mormente do Brasil, porque o que nos move são objetivos ambiciosos e nobres.

Falava há pouco do objetivo político, que apoio, de criação de um espaço europeu de pesquisa científica. Esse é o corolário natural da criação de um espaço europeu de educação, no qual não só se garante a mobilidade dos membros das comunidades educativas como o reconhecimento automático dos graus académicos. Quando predomina o ceticismo em relação ao futuro do projeto de construção europeia, temos de reconhecer que grandes passos foram dados na Europa nas últimas décadas, designadamente no campo da educação, sendo que este é um domínio que cai no âmbito das competências dos Estados e não no domínio das competências da União Europeia. O que me causa perplexidade é como se fez tão pouco no domínio das relações entre os Estados de língua portuguesa. A liberdade de circulação de pessoas existe, mas está sujeita a fortes restrições. O reconhecimento de graus académicos é muito limitado e não existe um esforço esclarecido para mudar esta situação, que não faz sentido. É verdade que o direito europeu levanta dificuldades ao objetivo de criação de um espaço único de língua portuguesa, mas o que a globalização, que é um facto, precisa é de sentidos positivos ainda por criar. E aí as universidades têm um papel central a desempenhar, no exercício de uma verdadeira função de soberania. O Professor Paulo Ferreira a Cunha costuma dizer que avalia a relevância dos ministros da Educação em função do lugar que ocupam nas estruturas orgânicas dos Governos. A prova de que são pouco valorizados em Portugal, não obstante o orçamento da Educação ser muito significativo,¹² é que o ministro da Educação ocupa um lugar muito modesto na estrutura orgânica do Governo.

Se ainda faz sentido falar de funções de soberania no séc. XXI, a educação é uma nova função de soberania. A estrutura napoleónica do Estado não faz sentido no séc. XXI e deve ser substituída. Pergunto-me, num tempo em que Cristiano Ronaldo e Neymar são mais conhecidos no mundo, pelo menos por boas razões, do que qualquer político português ou brasileiro, como é possível existir um ministério que se chama dos Negócios Estrangeiros. Essa designação fazia sentido nos séculos XIX e XX, quando a política externa se esgotava na ação dos Estados e dos seus representantes; porém, quando Cristiano Ronaldo é chamado de embaixador de Portugal no mundo, está bem de ver que faltam palavras, porque ele não é um embaixador.

É possível pensar numa comunidade de falantes de português no mundo desde que baseada num novo paradigma, não já de representação mas de ação externa. Aí, as universidades têm um papel importantíssimo a desempenhar, mas, para que tal aconteça, é preciso que nos esforcemos por promover uma maior integração dos sistemas jurídicos dos países de língua portuguesa que se traduza na criação de um espaço único de língua portuguesa no mundo, que, naturalmente, deve começar pela educação e cultura. Não se trata de pôr em causa, no caso de Portugal e dos portugueses, a experiência positiva do processo de integração europeia, mas de

¹² Até 1995, em Portugal, o Ministério da Educação tutelava todos os níveis de ensino. Em 1995, foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia, que, em 2002, passou a tutelar também o Ensino Superior. Hoje em dia, existe o Ministério da Educação, que tutela o ensino pré-escolar, básico e secundário, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que tutela as áreas da Ciência e do Ensino Superior. O orçamento do Ministério da Educação é substancialmente superior ao do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, mas o juízo que se faz sobre a necessidade de valorizar o ministro da Educação, vale também para o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

compatibilizá-la como novas esferas de liberdade e afirmação no mundo. O mesmo vale para o Brasil, relativamente ao Mercosul.

Telé Santana dizia que o futebol deveria ser bonito. Pois eu lembro-me de, em 1982, a seleção brasileira de futebol, orientada precisamente por Telé Santana, praticar o futebol mais bonito que eu já alguma vez vira e, porém, não ganhar o Campeonato do Mundo. Dizia, há pouco, que Cristiano Ronaldo e Neymar estão entre os melhores jogadores de futebol do mundo, o mesmo se passando com portugueses e brasileiros em outras áreas de atividade. Porém, não é verosímil que, nos próximos anos, um brasileiro ou um português receba o prémio Nobel da Química ou da Física. José Saramago ganhou o Prémio Nobel da Literatura e vale a pena procurarmos saber porque o ganhou. Ele ganhou o prémio Nobel da Literatura porque não só fez parte de uma rede global como soube criar a melhor rede. Infelizmente, não vou poder explicar o que se passou, mas estou na posse de informação que me permite dizer o que disse.

Interpretando os sinais dos tempos, devemos nós também ser capazes, como mulheres e homens de ciência e cultura, de fazer a nossa parte. Este colóquio é um belo exemplo do reconhecimento e cooperação existentes entre portugueses e brasileiros, para mais forjados numa verdadeira amizade e espírito de serviço. Que seja um passo inolvidável.

Para mostrar a preponderância dos métodos na investigação filosófica e científica, Jean Guitton dá o exemplo do filósofo grego que, aos que negavam a realidade do movimento, respondia triunfantemente passeando. Pois nós caminhamos em direção a São Paulo, porque acreditámos que aqui é o centro do mundo. E porque acreditámos em tão grande desafio e chegámos até aqui, cabe-nos continuar andando.

Muito obrigado.

Referências bibliográficas:

EUROPEAN COMMISSION. *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Horizon 2020 - The Framework Programme for Research and Innovation*, Brussels, 30.nov.2011. COM(2011) 808 final. Disponível em: <http://ec.europa.eu/research/horizon2020/pdf/proposals/communication_from_the_commission_-_horizon_2020_-_the_framework_programme_for_research_and_innovation.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2016.

FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium (A Alegria do Evangelho)*. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2013.

FRIEDMAN, T. L. *The World is Flat. A Brief History of the Twenty-First Century*. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2005.

MOEDAS, C. Open Innovation, Open Science, Open to the World. *European Commission – Press Release Database*, 22 jun. 2015. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-15-5243_en.htm>. Acesso em: 11 abr. 2016.

THE NETHERLANDS EU PRESIDENCY 2016. *Amsterdam Call for Action on Open Science*. 7.abr.2016. Disponível em: <<https://english.eu2016.nl/documents/reports/2016/04/04/amsterdam-call-for-action-on-open-science>>. Acesso em: 12.abr. 2016.

WHITE, M. Innovative thinker. *The Guardian*, 16 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/uk/2002/jan/16/highereducation.obituaries>>. Acesso em: 9 abr. 2016.

Recebido para publicação em 13-08-16; aceito em 12-09-16